

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 688, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui a Agenda Regulatória - Biênio 2026-2027 da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora ARES-PCJ), e dá outras providências.

A **DIRETORIA COLEGIADA** da **AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (AGÊNCIA REGULADORA ARES-PCJ)**, no uso das atribuições que lhe conferem a Cláusula 32ª, inc. XIV do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, e o art. 29, inc. XV do Estatuto da ARES-PCJ e;

CONSIDERANDO:

Que a Agência Reguladora ARES-PCJ é consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, na forma de associação pública e com natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os municípios consorciados, e criada para atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico) e suas alterações;

Que o art. 26 da Lei federal nº 11.445/2007 preconiza que deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou fiscalização dos serviços de saneamento básico;

Que o art. 19, inc. IV, da Norma de Referência nº 04/2024, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), prevê que, para promoção da transparência da atuação regulatória, as Entidades Reguladoras Infranacionais (ERIs) devem dar publicidade, dentre outros, aos instrumentos regulatórios e de planejamento, incluindo a Agenda Regulatória;

Que a Agenda Regulatória é importante instrumento central de planejamento normativo das ERIs e, também, de promoção da qualidade regulatória à medida em que proporciona transparência, previsibilidade e coerência ao processo de elaboração de normas e regulamentos por parte das entidades reguladoras;

Que foram realizadas Tomada de Subsídios, entre os dias 07 e 21/10/2025; Consulta Pública entre os dias 09 e 27/01/2026; e Audiência Pública no dia 20/01/2026, visando colher contribuições, dirimir dúvidas e apresentação de sugestões em relação, além de estimular a participação social no processo de construção da Agenda Regulatória da ARES-PCJ – 2026-2027;

Que, em face da instrução do Processo Administrativo nº 411/2025 e do cumprimento de todas as etapas do processo de transparência e controle social, a Diretoria Colegiada da ARES-PCJ, na Reunião Ordinária nº 03/2026, ocorrida no dia 30 de janeiro de 2026, deliberou e aprovou a Agenda Regulatória – Biênio 2026-2027, e

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e instituir, na forma apresentada no Anexo desta Resolução, a Agenda Regulatória - Biênio 2026-2027 da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora ARES-PCJ).

Art. 2º - Os prazos e cronogramas dispostos na Agenda Regulatória - Biênio 2026-2027 da ARES-PCJ configuram previsão, estando sujeitos à alteração em virtude das necessidades específicas de cada projeto proposto, ou para preservação do ritmo adequado de elaboração e participação social em relação ao conjunto de projetos.

Art. 3º - A Agenda Regulatória - Biênio 2026-2027 da ARES-PCJ poderá passar por procedimento de revisão ao longo do primeiro bimestre de 2027, quando serão avaliados o andamento dos projetos propostos e a necessidade de aprimoramentos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a Agenda Regulatória - Biênio 2026-2027 da ARES-PCJ poderá ser modificada fora do período de revisão, previsto no *caput*, para inclusão e exclusão de projetos ou adequação de escopo, mediante apresentação de motivos junto a cada nova versão publicada.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

DALTO FAVERO BROCHI
Diretor Geral da ARES-PCJ

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA ARES-PCJ BIÊNIO 2026-2027

EXPEDIENTE

Presidência

Presidente: Dario Pacheco de Moraes (Prefeito de Vinhedo)

Vice-presidente: Nelita Cristina Michel Franceschini (Prefeita de Iracemápolis)

Vice-presidente: Vitor Hugo Riccomini (Prefeito de Capivari)

Diretoria Colegiada

Diretor Geral: Dalto Favero Brochi

Diretor Técnico-Operacional: Rodrigo Lopes de Freitas Leitão

Diretor Administrativo e Financeiro: Carlos Roberto de Oliveira

Agenda Regulatória 2026/2027 – Equipe de Consolidação

Caroline Túbero Bachin – Assessora da Diretoria Técnico-Operacional

Rodrigo de Oliveira Taufic – Coordenador de Normatização

Samira Bevilaqua – Ouvidora

Viviane Emannuele da Silva – Estagiária

SUMÁRIO

EXPEDIENTE	4
SUMÁRIO	5
APRESENTAÇÃO	6
1. AGENDA REGULATÓRIA EM NÚMEROS.....	7
2. ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA AGENDA REGULATÓRIA	7
3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS	8
4. RELAÇÃO DE PROJETOS	10
EIXO 1 — REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, TARIFÁRIA E CONTRATUAL	10
1.1. <i>Adoção da NR ANA nº 06/2024 - Modelos de Regulação Tarifária</i>	<i>10</i>
1.2. <i>Adoção da NR ANA nº 10/2024 - Metodologias de Cálculo e Procedimentos para Reajuste Tarifário.....</i>	<i>10</i>
1.3. <i>Adoção da NR ANA nº 13/2025 - Estrutura Tarifária e Tarifa Social</i>	<i>11</i>
1.4. <i>Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 303/2019</i>	<i>11</i>
1.5. <i>Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 423/2022 - Preços Públicos de Serviços Individuais</i>	<i>12</i>
1.6. <i>Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 94/2015.....</i>	<i>12</i>
1.7. <i>Reforma Tributária.....</i>	<i>13</i>
1.8. <i>Sustentabilidade Econômico-Financeira SMRSU</i>	<i>13</i>
1.9. <i>Regulação econômica de Soluções Alternativas de Água/Esgoto</i>	<i>14</i>
1.10. <i>Aprimoramentos à Resolução ARES-PCJ nº 592/2024.....</i>	<i>14</i>
EIXO 2 — PLANEJAMENTO SETORIAL, UNIVERSALIZAÇÃO E SEGURANÇA HÍDRICA	15
2.1. <i>Conteúdo Mínimo PMSBs</i>	<i>15</i>
2.2. <i>Procedimentos Regulatórios - Escassez Hídrica e Desabastecimento de Água</i>	<i>15</i>
2.3. <i>Adoção da NR ANA nº 15/2025 - Redução Progressiva e Controle de Perdas de Água</i>	<i>16</i>
2.4. <i>Estruturação dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas</i>	<i>16</i>
2.5. <i>Regulamentação e Incentivo a água de reúso.....</i>	<i>17</i>
EIXO 3 — FISCALIZAÇÃO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS E EFICIÊNCIA OPERACIONAL	18
3.1. <i>Fiscalização Evolutiva.....</i>	<i>18</i>
3.2. <i>Manual de Fiscalização (Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)</i>	<i>18</i>
3.3. <i>Manual de Fiscalização (Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos)</i>	<i>19</i>
3.4. <i>Manual de Avaliação de Investimentos</i>	<i>19</i>
<i>Título Projeto</i>	<i>20</i>
3.5. <i>Metodologia ACERTAR.....</i>	<i>20</i>
3.6. <i>Adoção da NR ANA nº 09/2024 - Indicadores Operacionais A&E.....</i>	<i>20</i>
3.7. <i>Adoção da NR ANA nº 11/2024 e aprimoramentos à Resolução 50/2014</i>	<i>21</i>
3.8. <i>Condições Gerais da prestação dos serviços públicos relacionados às soluções alternativas adequadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário</i>	<i>21</i>
EIXO 4 — GOVERNANÇA, QUALIDADE REGULATÓRIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	22
4.1. <i>Qualidade Regulatória</i>	<i>22</i>
4.2. <i>Gestão do Estoque Regulatório</i>	<i>22</i>
EIXO 5 — USUÁRIOS, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	23
5.1. <i>Implementação das Diretrizes da Política Nacional de Linguagem Simples</i>	<i>23</i>
5.2. <i>Pesquisa de Satisfação 2026.....</i>	<i>24</i>
5.3. <i>Aprimoramento da Resolução ARES-PCJ nº 49/2014</i>	<i>24</i>
5. CRONOGRAMA PREVISTO	25

APRESENTAÇÃO

A Agenda Regulatória da ARES-PCJ para o biênio 2026–2027 constitui o principal instrumento de planejamento das ações normativas, fiscalizatórias e institucionais da Agência, orientando a atuação regulatória de forma estruturada, previsível e transparente.

Por meio da Agenda Regulatória, a ARES-PCJ explicita à sociedade, aos municípios regulados, aos prestadores de serviços e aos órgãos de controle as prioridades regulatórias que pretende desenvolver no período, promovendo maior segurança jurídica, racionalidade decisória e alinhamento às diretrizes nacionais do setor de saneamento básico.

A presente Agenda foi elaborada em consonância com as boas práticas de governança regulatória, em especial aquelas preconizadas pela Norma de Referência nº 04/2024 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, e reflete tanto a avaliação do ciclo regulatório anterior quanto os desafios emergentes do setor no contexto regional de atuação da ARES-PCJ.

1. AGENDA REGULATÓRIA EM NÚMEROS

A Agenda Regulatória ARES-PCJ 2026–2027 contempla:

- **5 eixos temáticos estruturantes;**
- **28 projetos regulatórios**, distribuídos ao longo do biênio;
- **4 dimensões dos serviços públicos de saneamento básico**, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- **7 Iniciativas de Aderência às Normas de Referência da ANA**, com projetos específicos voltados à sua adoção e implementação;

Esse conjunto evidencia o compromisso da Agência com uma atuação planejada, coerente e orientada por resultados regulatórios.

2. ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA AGENDA REGULATÓRIA

Os projetos da Agenda Regulatória estão organizados em cinco eixos temáticos, concebidos para refletir as principais frentes de atuação da ARES-PCJ e facilitar a compreensão do escopo regulatório do biênio:

Eixo 1 — Regulação Econômico-Financeira, Tarifária e Contratual

Abrange projetos voltados à regulação de tarifas, preços públicos, reequilíbrio econômico-financeiro e instrumentos contratuais, com atenção especial à modicidade tarifária e à sustentabilidade dos serviços.

Eixo 2 — Planejamento Setorial, Universalização e Segurança Hídrica

Reúne iniciativas relacionadas ao planejamento municipal, à universalização dos serviços, à gestão de riscos de escassez hídrica e à incorporação de soluções inovadoras, como o reúso de água.

Eixo 3 — Fiscalização, Qualidade dos Serviços e Eficiência Operacional

Contempla projetos destinados ao aprimoramento dos procedimentos de fiscalização, ao monitoramento de indicadores operacionais e à promoção de eficiência e boas práticas na prestação dos serviços.

Eixo 4 — Governança, Qualidade Regulatória e Gestão da Informação

Foca o fortalecimento institucional da Agência, a adoção de instrumentos de qualidade regulatória e a organização do estoque normativo, ampliando a transparência e a acessibilidade da informação regulatória.

Eixo 5 — Usuários, Comunicação e Participação Social

Dedica-se ao aprimoramento dos canais de relacionamento com os usuários, à implementação da linguagem simples e ao fortalecimento dos mecanismos de participação social.

Eixo Temático	Código	Projetos Abrangidos
Eixo 1 — Regulação Econômico-Financeira, Tarifária e Contratual	1.1	Adoção da NR ANA nº 06/2024
	1.2	Adoção da NR ANA nº 10/2024
	1.3	Adoção da NR ANA nº 13/2025
	1.4	Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 303/2019
	1.5	Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 423/2022
	1.6	Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 94/2015
	1.7	Reforma Tributária
	1.8	Sustentabilidade Econômico-Financeira dos SMRSU
	1.9	Regulação Econômica de Soluções Alternativas de Água e Esgoto
	1.10	Aprimoramentos à Resolução ARES-PCJ nº 592/2024
Eixo 2 — Planejamento Setorial, Universalização e Segurança Hídrica	2.1	Conteúdo Mínimo dos PMSBs
	2.2	Procedimentos Regulatórios para Escassez Hídrica e Desabastecimento
	2.3	Adoção da NR ANA nº 15/2025
	2.4	Estruturação dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas
	2.5	Regulamentação e Incentivo à Água de Reuso
Eixo 3 — Fiscalização, Qualidade dos Serviços e Eficiência Operacional	3.1	Fiscalização Evolutiva
	3.2	Manual de Fiscalização (Água e Esgoto)
	3.3	Manual de Fiscalização (Resíduos Sólidos)
	3.4	Manual de Avaliação de Investimentos
	3.5	Metodologia ACERTAR
	3.6	Adoção da NR ANA nº 09/2024
	3.7	Adoção da NR ANA nº 11/2024 e aprimoramentos à Resolução 50/2014
	3.8	Condições Gerais da prestação dos serviços públicos relacionados às soluções alternativas água e esgoto
Eixo 4 — Governança, Qualidade Regulatória e Gestão da Informação	4.1	Qualidade Regulatória
	4.2	Gestão do Estoque Regulatório
Eixo 5 — Usuários, Comunicação e Participação Social	5.1	Implementação da Política Nacional de Linguagem Simples
	5.2	Pesquisa de Satisfação dos Usuários – 2026
	5.3	Aprimoramento da Resolução ARES-PCJ nº 49/2014

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Os projetos que compõem a proposta da Agenda Regulatória são apresentados por meio de fichas, concebidas com o objetivo de conferir transparência, clareza e comparabilidade às iniciativas, bem como facilitar seu acompanhamento ao longo do período de vigência do instrumento.

Cada ficha de projeto está estruturada a partir dos seguintes campos:

QUADRO 10. Composição Fichas de Projeto

Item	Descrição
Tema Regulatório	Eixo temático principal ao qual o projeto se vincula, permitindo sua organização e leitura transversal no âmbito da Agenda Regulatória
Descrição	Síntese do escopo do projeto, indicando o problema regulatório ou a oportunidade identificada
Natureza do Projeto	Classificação do tipo de iniciativa regulatória proposta, conforme, vinculando o projeto a um ou mais produtos esperados
Objetivo(s) Estratégico(s) Vinculado(s)	Objetivo(s) do Planejamento Estratégico da Agência diretamente relacionados ao projeto, evidenciando seu alinhamento institucional
Previsão de Entrega	Indicação do período estimado para conclusão do principal entregável do projeto

Especificamente em relação aos campos “Tema Regulatório”, “Natureza do Projeto” e “Objetivo(s) Estratégico(s) Vinculado(s)”, optou-se por admitir, quando pertinente, a indicação de mais de uma opção associada a um mesmo projeto. Essa abordagem reconhece que uma iniciativa pode abranger múltiplos eixos temáticos, assumir diferentes conformações ao longo de seu desenvolvimento ou contribuir para mais de um objetivo estratégico institucional.

Nesses casos, ressalta-se que a ordem de apresentação das opções reflete uma hierarquia de prioridades. A alternativa indicada em primeiro lugar corresponde à prioridade principal de atendimento no âmbito do projeto, representando seu foco inicial ou seu entregável prioritário. As opções subsequentes indicam possíveis desdobramentos, revisões ou aprofundamentos que poderão ser incorporados ao longo de sua execução, a depender dos resultados alcançados, das contribuições recebidas no processo de participação social e das decisões institucionais tomadas no curso da Agenda.

Assim, por exemplo, quando um projeto apresenta, no campo Natureza do Projeto, a sequência “Novo Ato Normativo”, “Revisão de Ato Normativo” e “Estudos”, pretende-se sinalizar que o objetivo primordial é a elaboração de um novo ato regulatório, sem prejuízo de que o projeto venha a se desdobrar, complementarmente, em revisões normativas ou na produção de estudos técnicos que subsidiem sua implementação ou eventual reavaliação.

Essa lógica de priorização ordenada confere maior flexibilidade à Agenda Regulatória, ao mesmo tempo em que preserva a clareza quanto às intenções iniciais de cada projeto, permitindo que cada iniciativa adquira, ao longo do tempo, sua própria sequência de prioridades dentro dos campos mencionados.

4. RELAÇÃO DE PROJETOS

EIXO 1 — REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, TARIFÁRIA E CONTRATUAL

Título Projeto	1.1. Adoção da NR ANA nº 06/2024 - Modelos de Regulação Tarifária
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
	Regulação contratual
Descrição	O projeto visa promover a plena adoção das diretrizes sobre modelos de regulação tarifária previstos na Norma de Referência ANA nº 06/2024, avaliando os critérios para sua aplicação aos serviços regulados. Busca-se assegurar coerência metodológica, previsibilidade regulatória e alinhamento às boas práticas nacionais de regulação econômica.
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária 6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	1.2. Adoção da NR ANA nº 10/2024 - Metodologias de Cálculo e Procedimentos para Reajuste Tarifário
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
Descrição	O projeto tem por objetivo adequar os procedimentos de reajuste tarifário às diretrizes da Norma de Referência ANA nº 10/2024, disciplinando metodologias de cálculo, prazos e rotinas administrativas.
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária 6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	1.3. Adoção da NR ANA nº 13/2025 - Estrutura Tarifária e Tarifa Social
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
Descrição	O projeto visa adequar a regulação tarifária da Agência às diretrizes da NR ANA nº 13/2025, com ênfase na estrutura tarifária e aprimoramentos de implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
	Novo Ato Normativo
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	2º S / 2027

Título Projeto	1.4. Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 303/2019
Tema Regulatório	Regulação contratual
	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
Descrição	A Resolução nº 303/2019 é o principal normativo a estabelecer procedimentos regulatórios em Contratos de Concessão e PPP, incluindo aqueles referentes à regulação econômica e acompanhamento da execução contratual. Propõe-se sua revisão de modo a captar os avanços que a conjuntura do setor apresenta ao tema, além de verificar a eficácia de sua aplicação em relação à experiência do último período.
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	1.5. Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 423/2022 - Preços Públicos de Serviços Individuais
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
Descrição	A Resolução nº 423/2022 dispõe sobre procedimentos e metodologias a serem observados pela Agência na definição e regulação dos preços públicos dos serviços individuais praticados por prestadores dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Sua experiência de aplicação foi capaz de apontar a necessidade de aprimoramentos em sua dinâmica de implantação, de forma a diminuir os custos regulatórios de seus trâmites.
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária 2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	1.6. Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 94/2015
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
Descrição	Regulação contratual
Natureza do Projeto	A Resolução ARES-PCJ nº 94/2015 estabelece mecanismo de reequilíbrio por custos com o sistema de bandeiras tarifárias de energia elétrica no âmbito de contratos de Parceria Público-Privada. A revisão busca assegurar maior previsibilidade e equilíbrio em relação ao tema, permitindo que entes públicos e privados possam enfrentar de maneira mais eficaz os desafios impostos por variações no cenário hídrico. Revisão de Ato Normativo
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
Previsão de Entrega	1º S / 2027

Título Projeto	1.7. Reforma Tributária
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
	Regulação contratual
Descrição	Definir os marcos da ação regulatória em face das implicações trazidas pela Reforma Tributária (LC nº 214/2025) a aspectos gerenciais e de equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.
Natureza do Projeto	Regulamentos e Procedimentos
	Novo Ato Normativo
	Revisão de Ato Normativo
	Estudos e Publicações
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária 2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	1.8. Sustentabilidade Econômico-Financeira SMRSU
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (RSU)
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	O projeto destina-se a estabelecer parâmetros para atuação da ARES-PCJ no que se refere à regulação econômica da prestação dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
	Estudos e Publicações
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária 2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	1.9. Regulação econômica de Soluções Alternativas de Água/Esgoto
Tema Regulatório	Condições gerais de água e esgoto
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
Descrição	Definir o modo de atuação da agência em relação à regulação econômica de tarifas e preços públicos na hipótese de prestação de serviços públicos para soluções alternativas de água e esgoto. Necessidade de regulamentar o tema em complemento à edição da Resolução ARES-PCJ nº 649/2025.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
	3. Contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento básico
Previsão de Entrega	1º S / 2027

Título Projeto	1.10. Aprimoramentos à Resolução ARES-PCJ nº 592/2024
Tema Regulatório	Regulação de tarifas e preços públicos (Água e Esgoto)
	Fiscalização e Processo Sancionatório
Descrição	O projeto tem como finalidade avaliar a necessidade de aprimoramentos à Resolução ARES-PCJ nº 592/2024 frente ao seu processo de implementação a outras determinantes que impactam sua adoção
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	1º S / 2027

EIXO 2 — PLANEJAMENTO SETORIAL, UNIVERSALIZAÇÃO E SEGURANÇA HÍDRICA

Título Projeto	2.1. Conteúdo Mínimo PMSBs
Tema Regulatório	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	Introduzir no escopo normativo da Agência diretrizes sobre o conteúdo mínimo dos PMSBs, de modo a atender aspectos regulatórios e institucionais. Necessidade de regulamentar o tema em complemento à edição da Resolução ARES-PCJ nº 650/2025
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	3. Contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento básico
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	2.2. Procedimentos Regulatórios - Escassez Hídrica e Desabastecimento de Água
Tema Regulatório	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
	Condições gerais de água e esgoto
	Ouvidoria e atendimento aos usuários
Descrição	Definir os marcos da ação regulatória em face da ocorrência de eventos de desabastecimento de água, abrangendo os cenários de escassez hídrica e aspectos associados ao planejamento e operação adequada dos serviços públicos.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	3. Contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento básico
	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	2.3. Adoção da NR ANA nº 15/2025 - Redução Progressiva e Controle de Perdas de Água
Tema Regulatório	Indicadores operacionais e eficiência
	Condições gerais de água e esgoto
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	O projeto tem por objetivo incorporar as diretrizes da NR ANA nº 15/2025 relativas à redução progressiva e ao controle de perdas de água nos sistemas de abastecimento. Envolve a definição de procedimentos regulatórios para diagnóstico, monitoramento e avaliação dos planos de gestão de perdas apresentados pelos prestadores.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Revisão de Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
	3. Contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento básico
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	2.4. Estruturação dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas
Tema Regulatório	Condições gerais dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	O projeto tem como finalidade estruturar o arcabouço regulatório aplicável aos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, considerando suas especificidades técnicas, institucionais e de financiamento. Busca-se estabelecer bases normativas iniciais para organização, prestação e fiscalização desses serviços.
Natureza do Projeto	Estudos e Publicações
	Regulamentos e Procedimentos
	Novo Ato Normativo
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	4. Promover desenvolvimento com responsabilidade socioambiental
Previsão de Entrega	2º S / 2027

Título Projeto	2.5. Regulamentação e Incentivo a água de reúso
Tema Regulatório	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
	Condições gerais de água e esgoto
Descrição	Instituir um arcabouço normativo consistente para a geração e aplicação da água de reúso, abrangendo as modalidades não potável e potável indireta. O texto deve estabelecer critérios técnicos e regulatórios, prever mecanismos de concessão de autorização, garantir processos de fiscalização e assegurar transparência, alinhando-se às diretrizes das normas de referência da ANA pertinentes ao tema.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	3. Contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento básico
	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
Previsão de Entrega	2º S / 2027

EIXO 3 — FISCALIZAÇÃO, QUALIDADE DOS SERVIÇOS E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Título Projeto		3.1. Fiscalização Evolutiva
Tema Regulatório		Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
		Fiscalização e Processo Sancionatório
		Indicadores operacionais e eficiência
Descrição		O Projeto "Fiscalização Evolutiva" objetiva implementar procedimento de fiscalização regulatória associado a aspectos de eficiência na gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, privilegiando aspectos de regulação responsiva e o incentivo à adoção de boas práticas.
Natureza do Projeto		Novo Ato Normativo
		Revisão de Ato Normativo
		Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)		6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
		2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
		8. Promover qualificação, treinamento e capacitação continuada para os colaboradores internos e externos
Previsão de Entrega		1º S / 2026

Título Projeto		3.2. Manual de Fiscalização (Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)
Tema Regulatório		Fiscalização e Processo Sancionatório
		Condições gerais de água e esgoto
Descrição		Documento que visa garantir uniformidade e transparência aos procedimentos de fiscalização
Natureza do Projeto		Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)		6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
		5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
Previsão de Entrega		1º S / 2026

Título Projeto	3.3. Manual de Fiscalização (Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos)
Tema Regulatório	Fiscalização e Processo Sancionatório
	Condições gerais de resíduos sólidos
Descrição	Documento que visa garantir uniformidade e transparência aos procedimentos de fiscalização
Natureza do Projeto	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	3.4. Manual de Avaliação de Investimentos
Tema Regulatório	Ouvidoria e atendimento aos usuários
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	Documento orientado a balizar a forma de apresentação e análise dos projetos de investimentos requisitados pelos prestadores públicos de serviços de saneamento para composição da receita requerida em processos de Revisão Tarifária
Natureza do Projeto	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
Previsão de Entrega	2º S / 2026

Título Projeto	3.5. Metodologia ACERTAR
Tema Regulatório	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
	Indicadores operacionais e eficiência
	Fiscalização e Processo Sancionatório
Descrição	A Metodologia ACERTAR de auditoria e certificação das informações enviadas pelos prestadores de serviços ao SINISA vem sendo implementada pela ARES-PCJ desde 2020. Considerando a continuidade e manutenção da qualidade desta ação, verifica-se a necessidade de introdução de instrumento normativo específico definindo aspectos essenciais do procedimento de aplicação da metodologia.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	3.6. Adoção da NR ANA nº 09/2024 - Indicadores Operacionais A&E
Tema Regulatório	Indicadores operacionais e eficiência
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	O projeto vincula-se à necessidade de implementação do disposto na NR ANA nº 09/2024, com implicações sobre os instrumentos de planejamento dos municípios associados e às formas de acompanhamento de aspectos operacionais por parte da entidade reguladora.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	1. Promover o amplo acesso à prestação de serviços públicos regulados com modicidade tarifária
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	3.7. Adoção da NR ANA nº 11/2024 e aprimoramentos à Resolução 50/2014
Tema Regulatório	Condições gerais de água e esgoto
	Fiscalização e Processo Sancionatório
Descrição	O projeto busca dar pleno atendimento à NR ANA nº 11/2024, que incide especialmente sobre aspectos da Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, bem como verificar a necessidade de aprimoramentos e atualizações para este normativo, fundamental para o cotidiano da prestação dos serviços
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	1º S / 2027

Título Projeto	3.8. Condições Gerais da prestação dos serviços públicos relacionados às soluções alternativas adequadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário
Tema Regulatório	Condições gerais de água e esgoto
	Fiscalização e Processo Sancionatório
Descrição	Ação complementar à Resolução ARES-PCJ nº 649/2025, que prevê a hipótese de soluções alternativas adequadas integradas à prestação dos serviços públicos
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Revisão de Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	3. Contribuir com a segurança hídrica e a universalização do saneamento básico
	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	2º S / 2027

EIXO 4 — GOVERNANÇA, QUALIDADE REGULATÓRIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Título Projeto	4.1. Qualidade Regulatória
Tema Regulatório	Governança e Qualidade Regulatória
Descrição	A qualidade regulatória é entendida como o conjunto de boas práticas que regem a atividade normativa dos entes reguladores. Objetiva-se implementar normativo e/ou instrumentos correlatos que consolidem as ferramentas essenciais de qualidade regulatória condizentes com os de exigência técnica e formal neste âmbito.
Natureza do Projeto	Novo Ato Normativo
	Regulamentos e Procedimentos
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
Previsão de Entrega	1º S / 2026

Título Projeto	4.2. Gestão do Estoque Regulatório
Tema Regulatório	Governança e Qualidade Regulatória
Descrição	Implementação de mecanismos de gestão do estoque regulatório, privilegiando neste ciclo os processos e ferramentas de organização, consolidação e disponibilização dos atos normativos ao público externo.
Natureza do Projeto	Estudos e Publicações
	Regulamentos e Procedimentos
	Atendimento às NRs ANA
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
	5. Fortalecer e aperfeiçoar os processos de gerenciais e de suporte
Previsão de Entrega	2º S / 2026

EIXO 5 — USUÁRIOS, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Título Projeto	5.1. Implementação das Diretrizes da Política Nacional de Linguagem Simples
Tema Regulatório	Ouvidoria e atendimento aos usuários
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	Considera-se linguagem simples o conjunto de técnicas destinadas à transmissão clara e objetiva de informações, de modo que as palavras, a estrutura e o leiaute da mensagem permitam ao cidadão facilmente encontrar a informação, compreendê-la e usá-la. A Lei Federal nº 15.263/2025 institui a Política Nacional de Linguagem Simples e determina que os entes federação e seus respectivos órgãos associados as implementem nos termos de sua atuação.
Natureza do Projeto	Estudos e Publicações
	Regulamentos e Procedimentos
	Novo Ato Normativo
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	4. Promover desenvolvimento com responsabilidade socioambiental
	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
Previsão de Entrega	1º S / 2027

Título Projeto	5.2. Pesquisa de Satisfação 2026
Tema Regulatório	Ouvidoria e atendimento aos usuários
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	Avaliação continuada da satisfação dos usuários em relação à prestação dos serviços de saneamento básico nos municípios regulados
Natureza do Projeto	Estudos e Publicações
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	4. Promover desenvolvimento com responsabilidade socioambiental
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	1º S / 2027

Título Projeto	5.3. Aprimoramento da Resolução ARES-PCJ nº 49/2014
Tema Regulatório	Ouvidoria e atendimento aos usuários
	Planejamento e gestão da política pública de saneamento básico
Descrição	Aprimoramento da Resolução nº 49/2014, que estabelece as condições gerais para o funcionamento da Ouvidoria da Agência Reguladora PCJ, no âmbito dos municípios associados.
Natureza do Projeto	Revisão de Ato Normativo
Objetivo(s) Estratégico(s) vinculado(s)	2. Contribuir para a qualidade dos serviços públicos regulados com transparência e participação social
	6. Fortalecer a excelência regulatória, fiscalizatória e normativa da Agência
Previsão de Entrega	1º S / 2026

5. CRONOGRAMA PREVISTO

Eixo	2026		2027	
	1S 2026	2S 2026	1S 2027	2S 2027
Eixo 1 — Regulação Econômico-Financeira, Tarifária e Contratual	1.8. Sustentabilidade Econômico-Financeira SMRSU	1.1. Adoção da NRANA nº 06/2024 - Modelos de Regulação Tarifária	1.6. Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 94/2015	1.3. Adoção da NRANA nº 13/2025 - Estrutura Tarifária e Tarifa Social
		1.2. Adoção da NRANA nº 10/2024 - Metodologias de Cálculo e Procedimentos para Reajuste Tarifário	1.9. Regulação econômica de Soluções Alternativas de Água/Esgoto	
		1.4. Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 303/2019	1.10. Aprimoramentos à Resolução ARES-PCJ nº 592/2024 (Tarifa Social de Água e Esgoto)	
		1.5. Revisão da Resolução ARES-PCJ nº 423/2022 - Preços Públicos de Serviços Individuais		
		1.7. Reforma Tributária		
Eixo 2 — Planejamento Setorial, Universalização e Segurança Hídrica	2.1. Conteúdo Mínimo PMSBs	2.3. Adoção da NRANA nº 15/2025 - Redução Progressiva e Controle de Perdas de Água		
	2.2. Procedimentos Regulatórios - Escassez Hídrica e Desabastecimento de Água			2.4. Estruturação dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas
Eixo 3 — Fiscalização, Qualidade dos Serviços e Eficiência Operacional	3.1. Fiscalização Evolutiva	3.4. Manual de Avaliação de Investimentos	3.7. Adoção da NRANA nº 11/2024 - Condições Gerais para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário	3.8. Condições Gerais da prestação dos serviços públicos relacionados às soluções alternativas adequadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário
	3.2. Manual de Fiscalização (Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário)			
	3.3. Manual de Fiscalização (Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos)			
	3.5. Metodologia ACERTAR			
	3.6. Adoção da NRANA nº 09/2024 - Indicadores Operacionais A&E			
Eixo 4 — Governança, Qualidade Regulatória e Gestão da Informação	4.1. Qualidade Regulatória	4.2. Gestão do Estoque Regulatório		
Eixo 5 — Usuários, Comunicação e Participação Social	5.3. Aprimoramento da Resolução nº 49/2014		5.1 Implementação das Diretrizes da Política Nacional de Linguagem Simples	
			5.2 Pesquisa de Satisfação 2026	